

Congresso votará projetos do pré-sal até julho, prevê Lobão

Ex-ministro de Minas e Energia anuncia esforço da bancada governista para aprovar propostas antes do recesso parlamentar

Os quatro projetos do pré-sal serão aprovados no Senado e votados novamente na Câmara antes do recesso, que começa em 18 de julho. Essa expectativa foi manifestada pelo senador Edison Lobão, ex-ministro de Minas e Energia, ao anunciar a mobilização da bancada governista no Senado a

partir do dia 8. Lobão acredita que os projetos serão aprovados na forma original, mantendo inalterados os contratos já assinados e em execução, assim como a distribuição de royalties e participações especiais. O senador é contra a Emenda Ibsen Pinheiro, que estende a distribuição por igual de royalties até mesmo para os poços já em exploração. **3**

Brasileiro paga 148 dias por ano em impostos

Senador Jayme Campos cita estudos mostrando que a carga tributária sobre o contribuinte nacional é uma das maiores do mundo. **4**

Lei que coloca contas na web entra em vigor

Desde ontem, União, estados e municípios com mais de cem mil habitantes são obrigados a divulgar seus gastos na internet. **5**



Waldemir Barreto

Mão Santa presidiu sessão especial, proposta por João Vicente Claudino: profissão foi regulamentada em 1946

Contabilistas homenageados em Plenário

O início da sessão de ontem foi dedicado pelos senadores a uma homenagem ao Dia do Contabilista (25 de abril). Nos discursos, foram destacadas a importância da profissão e a capacidade que os profissionais têm demonstrado de se aperfeiçoar e se ajustar

às novas exigências da sociedade. Os representantes da categoria aproveitaram a homenagem para pedir que o presidente Lula não vete dois dispositivos que atendem aos interesses dos contabilistas, inseridos como emendas em uma medida provisória. **8**



Geraldo Magela

Protesto pede votação, pela Câmara, da PEC do Trabalho Escravo **6**

Cruzes brancas fincadas no gramado do Congresso representam as vítimas da luta pela reforma agrária no país

Presidente do Senado afirma que a reforma está sendo discutida na CCJ e que aguarda relatório de Heráclito Fortes para submeter ao voto plano de cargos e salários

José Sarney diferencia plano de cargos da reforma administrativa

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, esclareceu ontem o plano de cargos e salários dos servidores do Senado, distinguindo-o da reforma administrativa. Ele disse que a reforma tem sido exaustivamente discutida, merecendo até a nomeação de uma comissão de integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Ele afirmou que o objetivo é alcançar um consenso. Sarney lembrou que cópias do plano foram entregues a todos os senadores, que poderão

apresentar emendas e críticas. Em resposta a pergunta de Jaime Campos (DEM-MT), Sarney ainda anunciou que aguarda o retorno do 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), para relatar em Plenário o projeto de reestruturação do plano de cargos e salários.

Sarney lembrou que o plano independe e é matéria diferente do projeto de reforma administrativa, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele acrescentou que o prazo legal para aprovação do plano expira em 29 de junho.



Mozarildo disse que mídia do Senado permite que moradores de todo o Brasil saibam o que acontece na Casa

Mozarildo defende veículos de comunicação do Senado

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) exaltou ontem, em Plenário, o trabalho feito pelos veículos do Senado, ressaltando a importância de informar com detalhe aos cidadãos sobre os acontecimentos no âmbito da instituição. Ele rebateu críticas à reforma administrativa do Senado e ao plano de cargos e salários, que refletiriam "interesses contrariados" com a plena divulgação das atividades legislativas do Senado.

— É importante que se saiba por que um senador vota a favor ou contra determinada tese. Se votou contra a derubada da CPMF, se é a favor da Emenda 29, que vincula os gastos da União, dos estados e dos municípios à saúde — exem-

plificou o parlamentar.

O senador destacou que a mídia do Senado possibilita ao morador do interior de estados como Roraima conhecer os discursos e as atividades realizadas nas comissões pelos parlamentares que os representam.

Mozarildo mencionou a independência dos veículos do Senado, que permitem a diversos senadores criticarem com ampla repercussão as ações do governo federal. Ele apontou os investimentos em qualidade técnica e tecnológica e comparou o trabalho realizado pelos veículos a outros do gênero, como a TV Câmara e a TV Justiça. O senador leu na tribuna a nota assinada pelo diretor da SECS, Fernando Cesar Mesquita (veja ao lado).

Nota de Esclarecimento da SECS

Tendo em vista a discussão em torno da reforma administrativa em curso no Senado, esta Secretaria Especial de Comunicação Social esclarece:

- Desde sua criação, tem se pautado pelo dever de concentrar o potencial de todos os seus veículos unicamente para divulgar e valorizar a ação parlamentar dos integrantes desta Casa do Congresso, com isenção, imparcialidade e qualidade, sempre em favor da cidadania e da democracia representativa.
- Pioneiro na divulgação pública do trabalho parlamentar no país, nosso modelo bem sucedido foi seguido pela Câmara dos Deputados, Justiça, assembleias legislativas e câmaras de vereadores da maioria dos estados, além de reconhecido e elogiado em centenas de teses de mestrado e doutorado de professores em universidades do Brasil e do exterior.
- A propósito, a excelência da produção da SECS é reiteradamente reconhecida em pesquisas de opinião entre senadores, chefes de gabinetes, assessores de imprensa e renomados jornalistas dos principais veículos de comunicação do país.
- A preocupação com a eficiência no cumprimento dos objetivos da SECS tem sido permanente e comum aos dirigentes das comissões diretoras do Senado, dos profissionais de comunicação, técnicos e servidores de modo geral.
- A atualização tecnológica numa área que se renova e avança rapidamente tem sido acompanhada por esta secretaria com o único objetivo de atender à obrigação de levar rápida e amplamente aos mais longínquos recantos do território nacional a notícia correta da atividade legislativa em favor do cidadão, das comunidades, do país e da democracia, no Plenário e nas comissões técnicas.
- O Judiciário e a Câmara dos Deputados têm investido na qualificação pessoal e técnica das suas estruturas. Recentemente, a TV Câmara instalou uma estação retransmissora de TV digital em São Paulo e ofereceu à TV Senado o uso de uma subcanalização e o equipamento sem arcar com qualquer custo. Em breve, a Câmara estará com a sua retransmissora digital em Belo Horizonte. Já a TV Justiça tem canais de televisão digital em Brasília e São Paulo.
- Nessa linha, investimos desde o início na interatividade com a população, o que permitiu aos senadores conhecer o acompanhamento do exercício de seu mandato pelas milhares de ligações telefônicas, com sugestões e críticas que chegam gratuitamente pelo número 0800. Com a evolução tecnológica, a interação com a sociedade passou a ser feita também por mensagens eletrônicas e, mais recentemente, pelas redes sociais.
- O **Jornal do Senado** cobre tudo o que acontece no Plenário e nas comissões e tem uma edição impressa com 6,5 mil exemplares, distribuída nas primeiras horas da manhã para as principais autoridades da República e nas redações de jornal, televisão e rádio com sede ou sucursal em Brasília. Além disso, a versão eletrônica está disponível na internet e pode ser reproduzida pelos senadores na quantidade desejada para distribuição local.
- Na revista bimensal **em discussão!**, a Secretaria de Comunicação Social passou a reunir, desde o mês passado, os melhores debates realizados nas audiências públicas promovidas pelas comissões. Assim, informações preciosas e depoimentos de especialistas e parlamentares chegam à sociedade. **em discussão!** tem uma versão eletrônica na página do Jornal do Senado.
- A **TV Senado** alcança o país com transmissão para todos os 8 milhões de assinantes de TV paga e aproximadamente 18 milhões de antenas parabólicas, o que representa possíveis 60 milhões de telespectadores, de acordo com o Ibope. Além disso, oito capitais — Manaus, Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife, Natal, João Pessoa, Salvador e Cuiabá — recebem as transmissões em sinal aberto e gratuito do tipo analógico em UHF, além de Brasília.
- Desde o mês passado, a TV Senado passou a operar sinal digital aberto da TV Câmara. Na internet, a TV transmite até quatro canais e logo serão oito, com possibilidade de dar visibilidade a oito reuniões simultâneas. Todas as sessões plenárias são transmitidas ao vivo e as comissões vão ao ar ao vivo ou são gravadas e exibidas em outros horários. A TV Senado produz e apresenta nos finais de semana, além do noticiário, reportagens especiais e programas de interesse social.
- A cobertura produzida pela equipe de jornalistas da **Agência Senado** alimenta as pautas e o noticiário da imprensa comercial e resultou em 19,2 milhões de acessos à página na internet, ou o equivalente a 1,6 milhão de visitas por mês. Na agência, em dias de maior atividade, a produção é de 80 matérias/dia ou uma reportagem a cada oito minutos.
- A **Rádio Senado**, com as transmissões do Plenário e das comissões e uma programação que se diferencia por oferecer programas culturais e música brasileira de qualidade, pode ser sintonizada em Brasília, Natal, Cuiabá e Fortaleza. O noticiário feito em Brasília pela Rádio Senado é reproduzido por outras 1.200 emissoras comerciais espalhadas pelo país. A **Rádio Senado** em Ondas Curtas leva ao brasileiro do interior da Amazônia informações sobre as leis em discussão e os debates dos grandes temas feitos pelo Senado.
- A área de **Projetos Especiais da Comunicação** desenvolve importante trabalho de criação publicitária e planejamento de **marketing** para diversas áreas do Senado e para os senadores, liberando a Casa da contratação de agências de publicidade.
- A **Secretaria de Relações Públicas** realiza eventos institucionais do Senado e, em 2009, acompanhou a visita de 177 mil brasileiros oferecendo informação histórica sobre o funcionamento do Senado durante a semana, sábados, domingos e feriados.
- O **Blog** e a **Assessoria de Imprensa**, gerenciados pelo Gabinete da SECS, atuam prestando informações institucionais para a imprensa e fazendo os esclarecimentos devidos no sentido de corrigir impropriedades ou imprecisões publicadas ou veiculadas a respeito da Administração do Senado.
- Sabemos que é desejo e dever do parlamentar dar publicidade e satisfação ao eleitorado de seu esforço no Congresso em favor do eleitor, do estado e do país. Todavia, dificilmente esse objetivo seria alcançado se, para isso, dependesse apenas da mídia privada, geralmente pouco atenta aos debates e à votação de matérias de relevante interesse público e nacional que acontecem nas comissões técnicas e no Plenário do Senado.
- Diante dessa constatação, nosso empenho tem sido o de respeitar também o princípio constitucional de que **"todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral"**.
- Além do mais, certos de que o aperfeiçoamento das nossas atividades deve ser preocupação no presente e no futuro, em novembro passado iniciamos o nosso planejamento estratégico para um horizonte de 8 anos, contando com a supervisão técnica qualificada de uma equipe do Prodasen. Nesses últimos meses, temos discutido e formulado missão, negócio, objetivos e metas estratégicas, com a preocupação de estabelecer prioridades e racionalizar a utilização de recursos humanos, para fielmente cumprir o que definimos como nossa missão: **Comunicação para a Cidadania**.
- Assim sendo, estamos cumprindo o nosso dever constitucional, legal e funcional dentro do que foi determinado pela direção do Senado ao criar o seu sistema de comunicação social. Desse modo, é nossa obrigação lutar pela melhoria do trabalho, com o aporte humano e tecnológico necessário. Reconhecemos, no entanto, que cabe à maioria dos senadores decidir que comunicação o Senado e a população merecem ter, ou seja, continuamos progredindo e provendo o Senado de um serviço de qualidade ou vamos para o retrocesso e a estagnação.
- Finalmente, queremos registrar, com todo respeito, que o primeiro estudo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas infelizmente não levou em consideração as especificidades e peculiaridades do trabalho realizado pela Comunicação do Senado Federal. Como servidores e profissionais responsáveis, queremos o melhor para o cumprimento de nossas obrigações.
- Nesse objetivo, estamos dispostos a aceitar as recomendações e propostas que a superior Administração definir, certos de que coincidirão com nossa determinação de fazer o melhor pela instituição Senado Federal e realizar o objetivo de contribuir para o fortalecimento da cidadania e o amplo conhecimento das atividades da Casa.

Brasília, 27 de maio de 2010

Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão de debates e comunicados

9h A sessão de hoje é destinada a debates dos senadores e a comunicados da Mesa e das lideranças.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MP que reestrutura carreiras deve ser votada até segunda

Os senadores precisam votar até a próxima segunda-feira a Medida Provisória (MP) 479/09, que reestrutura as carreiras do serviço público federal, já que o prazo de vigência da matéria se extingue na terça-feira, quando perderá a validade. Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/10, a medida deverá custar ao governo R\$ 31,7 milhões no período de 2010 a 2012, segundo informou o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, que assina a exposição de motivos encaminhada ao Congresso.

Com parecer favorável do relator no Senado, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a MP foi editada pelo Executivo para corrigir problemas surgidos com vetos ao projeto de conversão da MP 441/08, que concedia reajustes diferenciados para 380 mil servidores de 40 carreiras da União a partir de 1º de julho deste ano. Na Câmara, a matéria foi relatada pela deputada Gorete Pereira (PR-CE).

O texto inclui medidas como remoção de policiais rodoviários e pagamento de auxílio a quem participar de processos de avaliação educacional. Uma das mudanças feitas na

Câmara, a pedido do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, permite a remoção de servidores recém-ingressados no órgão antes de cumprido o período de três anos de estágio probatório.

Trata ainda do trabalho do perito médico, estabelecendo que, caso esse profissional opte pela carga de 30 horas semanais, seu salário terá uma diminuição proporcional em 2010, mas voltará a ter o mesmo valor recebido pelo período de 40 horas semanais a partir de janeiro de 2011.

Quanto à gratificação de desempenho para a atividade de perícia médica previdenciária, o texto estabelece que seja calculada a partir da jornada de trabalho e não do nível, classe e padrão do servidor.

O projeto muda a regra de concessão da licença remunerada de 30 dias para tratamento de saúde de pessoa na família dos servidores públicos federais. Pela lei atual, uma nova licença remunerada só pode ser tirada 12 meses após o término da anterior. Com a proposta, a prorrogação da licença, por igual período, pode ser feita dentro do período de 12 meses, contados do começo da primeira licença.

Luiz Fux explica novo Código de Processo Civil à CCJ no dia 9

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux, que preside a comissão de juristas que elabora um anteprojeto de Código de Processo Civil (CPC), irá no próximo dia 9 à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para explicar aos senadores as principais modificações do novo texto. O atual CPC (5.869/73) tem quase 40 anos de vigência.

O ministro Fux também confirmou a entrega do anteprojeto ao presidente do Senado, José Sarney, no dia 8 de junho, um dia antes da audiência pública na CCJ.

– O novo Código de Processo Civil vai reduzir em 70% o tempo do julgamento dos processos que se referem a questões repetitivas e em 50% os casos tradicionais, que envolvem processos de massa. É um código para durar meio século – disse Fux, que, juntamente com sua equipe, procurou ouvir todos os segmentos de juristas para elaborar o texto da nova legislação.

Sugestões

Entre fevereiro e abril deste ano, foram realizadas audiências públicas em oito cidades (Manaus, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) para colher sugestões para a nova legislação.

Nessas reuniões, foram coletadas 260 sugestões, que, somadas a outras enviadas por e-mail e por instituições organizadas do segmento jurídico, ultrapassa-

ram a cifra de mil propostas.

Além das audiências públicas, a comissão realizou 13 reuniões destinadas a analisar as sugestões recebidas e elaborar os dispositivos que comporão os seis livros do novo Código de Processo Civil: Parte Geral, Processo de Conhecimento, Processo de Execução, Procedimentos Especiais, Processo nos Tribunais e, por último, Disposições Finais e Transitórias.

Segundo documento elaborado pela assessoria de Fux, do total de sugestões apresentadas, cerca de 80% já estavam incluídas no texto da comissão de juristas. Do restante, três quartos foram aproveitadas no anteprojeto que deverá tramitar no Senado já a partir de junho.

Entre as modificações propostas no anteprojeto está a introdução da figura do *amicus curiae* – que serão outros órgãos ou entidades especializadas convidadas pelo tribunal para falar sobre a temática do caso em julgamento.



Fux: proposta em elaboração reduzirá em 70% o tempo de julgamento

Senador prevê que propostas serão aprovadas pela Casa e votadas novamente pela Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar, que se inicia dia 18 de julho

Governo fará ofensiva para votar pré-sal, afirma Lobão

O SENADOR EDISON Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, disse que os quatro projetos do pré-sal serão aprovados no Senado e votados novamente na Câmara dos Deputados antes do recesso, que começa no dia 18 de julho, com uma "blitzkrieg" da bancada governista no Senado a partir do dia 8".

A expressão usada pelo senador é o nome dado à estratégia do exército alemão na 2ª Guerra Mundial, caracterizada por ações rápidas. *Blitzkrieg* quer dizer "guerra relâmpago".

Lobão afirmou que todos as propostas do pré-sal foram elaboradas ao longo de vários meses com a participação de geólogos e juristas, e considera difícil que se achem falhas ou inconstitucionalidades.

Em entrevista à Agência Senado, o senador explicou que



Lobão diz que base de apoio promoverá uma blitzkrieg a partir do dia 8 de junho

renunciou à relatoria de dois dos projetos porque era ministro de Minas e Energia quando foram elaborados. "Não seria apropriado", disse.

Lobão acha que os projetos serão aprovados pelo Congresso

na forma original, mantendo-se inalterados os contratos já assinados e em execução, bem como a distribuição de *royalties* e participações especiais.

– Somos contra a Emenda Ibsen Pinheiro, que estendeu a distribuição por igual de *royalties* até mesmo para os poços já em exploração – disse.

Conforme Lobão, a parte referente aos *royalties* será destacada do projeto que trata do regime de partilha e deverá compor novo projeto, a ser votado após as eleições.

Afirmou, no entanto, não achar correto que os chamados "estados produtores" tenham mais direito do que os outros, já que o petróleo será extraído a 300 quilômetros da costa.



Alvaro Dias (E), Sérgio Guerra e Jayme Campos, durante a sessão de ontem do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara

Congresso não vota projeto sobre obras do PAC

A sessão do Congresso Nacional de ontem foi encerrada sem decisão sobre o projeto do governo que altera as regras para remanejamento das dotações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), único item em pauta. Sem quórum, os governistas dependiam dos líderes da oposição para aprovar a matéria por acordo, mas esse apoio não veio. As lideranças discutem um texto alternativo, que poderá ser votado na próxima semana.

O texto proposto (PLN 3/10) muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desse ano para permitir que até 30% dos recur-

sos globais autorizados para o PAC possam ser remanejados dentro do próprio programa. Pela regra vigente, hoje só se pode remanejar até 25%. O Orçamento de 2010 autoriza R\$ 30,3 bilhões para o PAC.

Para o governo, a mudança é necessária para que se possa melhorar ao longo do ano a distribuição dos recursos entre os projetos do PAC. O vice-líder do governo no Congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG), confirmou que algumas obras dependem de licença ambiental ou das desapropriações necessárias, mas pediu que o projeto

fosse votado ontem.

– Todos nós trabalhamos para que o país continue nesse bom momento e que não venhamos a sofrer com dificuldades que os países da Europa estão enfrentando. Então, nós temos que dar nossa contribuição – disse.

Pela oposição, o deputado João Almeida (PSDB-BA) respondeu com a proposta de adiamento, para que se estude um texto alternativo.

– O Congresso terá a maior boa vontade. Agora, não podemos dar a carta branca que o governo está querendo, para refazer o PAC como quiser – afirmou.

Segurada adotante poderá ter direito a 120 dias

A segurada da Previdência Social que adotar ou obter guarda judicial de criança poderá passar a receber o salário-maternidade pelo período de 120 dias. A medida foi proposta em projeto de lei (PLS 367/09) do senador Paulo Paim (PT-RS) e está pronta para ser votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Atualmente, a Lei 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estabelece prazos diversos para pagamento do salário-maternidade à segurada adotante. Assim, se a criança tiver até um ano de idade, o pagamento é feito por 120 dias; se tiver de um a quatro anos, o benefício é pago por 60 dias; e,

estando na faixa etária de quatro a oito anos, é devido por apenas 30 dias.

O objetivo do PLS 367/09 é não só unificar o período de pagamento do salário-maternidade à segurada adotante, mas também pôr fim ao limite de idade da criança para liberação do benefício.

No parecer favorável ao PLS 367/09, com duas emendas, o relator na CAS, senador Mão Santa (PMDB-PI), afirmou que "a medida se insere num grande esforço para que nossas crianças não sejam abandonadas e recebam a atenção de grupo familiar, espaço privilegiado para a recuperação e o desenvolvimento educacional e pessoal."

Senador cita estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário mostrando que, no país, o cidadão trabalha 148 dias por ano para pagar impostos. Nos EUA são 102

Jayme Campos: brasileiro é "semiescravo" do Estado

NO DISCURSO EM que criticou os elevados impostos, o senador Jayme Campos (DEM-MT) sustentou ontem que quem trabalha 148 dias só para pagar tributos, como os brasileiros, transforma-se "em um semiescravo do Estado". Nesta semana, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) informou que os brasileiros agora têm de trabalhar praticamente cinco meses do ano apenas para pagar impostos.

– No Brasil, trabalhamos 148 dias para pagar impostos, enquanto nos Estados Unidos o número cai para 102 dias, na Argentina, 97 dias, e no Chile, 92 dias – disse o senador.

Jayme Campos aplaudiu a campanha do Movimento Endireita Brasil de vender gasolina,



Campanhas que visam esclarecer os contribuintes têm apoio do senador

álcool e diesel livres de impostos, durante poucos dias, para mostrar aos brasileiros o peso dos tributos sobre os combustíveis, que chega a 46% do preço de

cada litro. Ele informou que os donos de três postos de combustíveis de Cuiabá venderão gasolina, em breve, livre de impostos. Com isso, o preço cairá praticamente à metade.

Para o senador, campanhas como essas são "didáticas para o cidadão comum" e podem mobilizar a sociedade na defesa da reforma tributária do país. Ele opinou que uma carga tributária elevada prejudica as pessoas e o desenvolvimento do país.

O discurso de Jayme Campos foi elogiado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Adelmir Santana (DEM-DF). Alvaro Dias afirmou que o pré-candidato José Serra "tem o perfil de presidente capaz de liderar o processo de uma reforma tributária".



Em Brasília, carros aguardam para abastecer tanque com combustível livre de impostos, ideia do Movimento Endireita Brasil

Adelmir cobra regulação dos cartões de crédito



Adelmir Santana

O crescimento vertiginoso do setor de cartões de crédito impõe ao poder público o dever de aprimorar e incrementar sua regulação, defendeu ontem o senador Adelmir Santana (DEM-DF). Ele disse que, desde o início da década, o número de cartões no Brasil praticamente quintuplicou, passando de 118 milhões para 565 milhões.

O volume movimentado pelas compras realizadas com cartão cresceu a uma média anual de 23% nesse período, acrescentou o senador. Em 2000, os consumidores fizeram compras no valor de R\$ 65 bilhões com cartões e, em 2009, mais de R\$ 450 bilhões. Boa parte dos pagamentos com cheque foi substituída pelos cartões, observou.

Apesar dos números, segundo o senador, a fiscalização e o controle passam longe do órgão regulador do mercado financeiro, o Banco Central. A legislação, observou, não indica nenhum órgão responsável pela regulamentação técnica desse segmento – "fato que afeta o bolso de toda a população, notadamente a mais pobre".

Para evitar monopólios ou duopólio em prejuízo dos consumidores e dos comerciantes, Adelmir apresentou dois projetos: o PLS 213/07, que permite a cobrança diferenciada para operações envolvendo cartão, e o PLS 677/07, que prevê o compartilhamento de operações em uma mesma máquina.

Maciel pede aprovação do cadastro positivo



Marco Maciel

O senador Marco Maciel (DEM-PE) expôs em Plenário ontem o seu parecer, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 263/04, que altera o Código de Defesa do Consumidor para criar o cadastro

positivo nos sistemas de proteção ao crédito. A proposta é do ex-senador Rodolpho Tourinho e já foi analisada pela Câmara. Marco Maciel pediu que o Poder Executivo se empenhe para a aprovação do texto ainda neste semestre.

O senador destacou que "a transferência de dados sobre adimplemento, obrigação do fornecedor para com os sistemas de proteção ao crédito", apenas poderá ser realizada com a prévia e expressa autorização do consumidor, conforme emenda da Câmara. Segundo ele, os cadastros positivos estimulam a livre iniciativa econômica, a defesa do consumidor e da concorrência e a busca do pleno emprego, princípios defendidos na Constituição.

– A proposição fomenta a circulação de riquezas e incentiva a atividade econômica, em especial a de outorga de crédito e financiamento ao consumidor – afirmou o parlamentar, acrescentando que o projeto favorecerá o aumento de linhas de crédito mais baratas e amplas aos consumidores que sejam considerados bons pagadores.



Sarney e a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Adriana de Carvalho

Senado assina convênio com Procuradoria-Geral da Fazenda

O Senado e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional assinaram protocolo para que a Universidade do Legislativo (Unilegis) e o Programa Interlegis forneçam cursos de aperfeiçoamento e outros serviços para técnicos e procuradores.

O presidente do Senado, José Sarney, disse à procuradora-geral da Fazenda Nacional, Adriana Queiroz de

Carvalho, que o convênio será muito proveitoso porque as duas instituições têm técnicos e pessoal altamente qualificados.

Os cursos poderão ser na área tributária, econômica, jurídica e orçamentária, segundo o reitor acadêmico da Unilegis, Carlos Fernando Mathias. A universidade já tem convênios semelhantes com vários órgãos técnicos de governo.

Sarney defende mais dinheiro para saúde, sem novo imposto

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu mais recursos para o setor da saúde, mas sem a criação de um novo imposto – ao contrário do que propõe o programa sugerido pelo PMDB à pré-candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff. Sarney afirmou ontem, em entrevista, que não foi ouvido pelo seu partido.

Sarney lembrou que a CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – foi aprovada ainda nos anos 1990 exclusivamente para ser utilizada no financiamento da saúde no país. Posteriormente, segundo ele, essa finalidade foi desvirtuada. Sarney disse ser contrário à criação de um novo imposto, mas de-

fendeu mais dinheiro para o orçamento da saúde, "porque é o desejo de todos".

– Vocês todos são muito jovens e não se lembram, mas a universalização da saúde, o Sistema Único de Saúde, que garante atendimento médico e hospitalar para todos, foi instituído no meu governo. Antes, até para tomar uma injeção uma pessoa de poucos recursos tinha que recorrer a uma Santa Casa – comentou.

Sarney citou os Estados Unidos como exemplo. Lembrou que, lá, somente agora o presidente Barack Obama está conseguindo instituir o atendimento universal em saúde para o povo norte-americano, e com enormes dificuldades políticas.

Os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor na Rádio Senado

O programa *Reportagem Especial*, da Rádio Senado, registra, neste fim de semana, os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e discute o processo evolutivo das relações entre o consumidor e o fornecedor de um produto ou prestador de um serviço.

O *Reportagem Especial* mostra que nessas duas décadas, graças ao CDC, as relações de consumo evoluíram tanto no Brasil que, hoje, é difícil imaginar uma compra sem a garantia de ter a quem recorrer se as expectativas não forem atendidas. Também são abordadas no programa as modificações que devem ser feitas na legislação.

"Código de Defesa do Consumidor – um novo desafio para os próximos 20 anos" reúne as principais conclusões do deba-

te realizado pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) sobre o período de vigência da lei.

O programa vai ao ar na Senado FM e na Senado Ondas Curtas. Hoje, às 18h, com reprises amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

O programa *Autores e Livros* presta mais uma homenagem aos 50 anos de Brasília e re-presenta entrevista com o atual senador e também escritor Cristovam Buarque (PDT-DF), feita em 2001. No programa, o senador fala sobre sua trajetória profissional e como se aproximou do mundo dos livros, além de relembrar suas obras publicadas. A atração vai ao ar na Senado FM e Ondas Curtas no sábado, às 15h, com reprise no domingo, às 9h.

Senador destaca nova ferramenta de consulta do Portal da Transparência do governo federal, com dados detalhados sobre execução de receitas e despesas públicas

Suplicy anuncia divulgação diária de contas do Executivo

O LANÇAMENTO DA consulta "informações diárias" no Portal da Transparência do governo federal foi anunciado ontem por Eduardo Suplicy (PT-SP). Com a ferramenta, explicou o senador, os cidadãos poderão obter dados detalhados da execução das receitas e despesas do Executivo federal.

Suplicy informou que todos os atos sobre a realização da despesa, quais sejam empenho, liquidação e pagamento, serão disponibilizados. Serão divulgados também dados sobre as características dos bens ou serviços adquiridos pelo governo, assim como do processo licitatório realizado.

No que diz respeito à receita, Suplicy disse que, além das informações já apresentadas no Portal da Transparência desde 2004, com atualização mensal, o governo passará a divulgar também dados sobre a fase de lançamento, com a atualização diária das informações.

Suplicy parabenizou ainda o Senado Federal pela divulgação na internet de dados sobre execução orçamentária e financeira, verbas indenizatórias, licitações e contratos, e boletins



Waldemir Borges

Suplicy defende projeto de sua autoria sobre divulgação de remunerações

financeiros e administrativos da Casa. Ele elogiou também a iniciativa de publicação do quadro de servidores efetivos e comissionados do Senado.

– Seguindo essa linha de transparência no poder público, seria oportuno que as remunerações de todos os cargos e funções dos servidores e dirigentes do Senado Federal fossem disponibilizados para o público – disse Suplicy, citando projeto de sua autoria (PRS 24/09) que trata

do assunto.

Após o pronunciamento de Suplicy, o presidente do Senado, José Sarney, agradeceu ao parlamentar o reconhecimento da importância das ações da Mesa visando ao aumento da transparência.

Com relação ao projeto de Suplicy que prevê a divulgação de salários dos servidores do Senado, Sarney mostrou-se favorável à sua análise imediata pelo Plenário.

João Tenório critica "inchaço" da máquina estatal

João Tenório (PSDB-AL) disse ver com descrédito o anúncio do governo federal de fazer um corte de R\$ 10 bilhões no Orçamento de 2010 para evitar o aumento da inflação. Ele observou que, ao mesmo tempo, o governo tem adotado medidas que, em sua opinião, resultarão em gastos abusivos.

O senador mencionou proposta do governo de criação de quase 7 mil novos cargos e a edição da medida provisória (MP 489/10) que cria a autarquia Autoridade Olímpica Pública (AOP) e abre 496 vagas para cuidar da preparação das Olimpíadas de 2016.

– Não me conformo com o tamanho e o apetite do Estado brasileiro. É inaceitável o inchaço desproporcional dos gastos com a máquina estatal, assim como algumas vantagens salariais voltadas especialmente para uma elite de funcionários politicamente beneficiados no atual governo – disse.

João Tenório citou dados divulgados pela imprensa segundo os quais nos últimos sete anos, no governo Lula, a despesa com cada funcionário federal da ativa subiu em média 60%, enquanto o que ele chamou de "uma elite de servidores", como auditores fiscais, analistas de finanças e planejamento e funcionários do Itamaraty, da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) chegou a receber reajustes de até 281%.

– O número de servidores cresceu 13% nos últimos sete anos, mas de forma absolutamente

desordenada – disse o senador, ressaltando que na Presidência da República, por exemplo, o efetivo mais que dobrou, enquanto na área da saúde não cresceu mais de 0,5%.

O senador citou ainda dados levantados pelo especialista em finanças públicas Raul Velloso divulgados pelo jornal *O Globo*, segundo os quais os gastos com pessoal no governo Fernando Henrique subiram 4,8% acima da inflação, enquanto no governo Lula tiveram aumento real de 53,5%.

João Tenório lembrou que o Estado, quando "engorda demais" e sente que suas contas não estão fechando, tem uma solução simples: criar mais impostos e onerar mais o contribuinte.

Apartes

Diversos senadores se mani-



Waldemir Borges

João Tenório cita proposta do governo de criação de quase 7 mil novos cargos

Lei de divulgação de contas na internet já está em vigor

Entrou ontem em vigor a lei que obriga que a União, os estados e os municípios com mais de cem mil habitantes divulguem pela internet suas receitas e despesas, de forma clara e sem proteção por senha.

A Lei Complementar 131/09 começou a tramitar em 2003 no Senado, como projeto de lei do então senador João Capiberibe.

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, o Siafi, que exigia senha para ser acessado, agora está aberto aos cidadãos pelo site www.portaltransparencia.gov.br. Para municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes, o prazo para o enquadramento na lei vai até maio de 2011. Dentro de três anos, todos os municípios serão obrigados a divulgar suas

contas.

A publicação dos dados na internet terá que vir acompanhada dos números dos processos e das pessoas físicas e jurídicas beneficiadas com pagamentos dos governos estaduais e municipais.

A lei vale para os três Poderes. As prefeituras que não cumprirem a lei deixarão de receber transferências da União, como os fundos de participação de estados e municípios.

Quando o Senado aprovou a proposta, em novembro de 2004, o então senador João Capiberibe disse:

– Nosso projeto obriga que todos os entes públicos abram seus sistemas de administração orçamentária e financeira, coloquem tudo na internet, o que foi comprado, de quem foi comprado e qual o valor pago.

Simon pede a jovens que participem da política

"É importante que vocês, jovens, participem do processo político do país", recomendou o senador Pedro Simon (PMDB-RS) a cerca de 90 alunos da Escola Comunitária de Campinas (SP), que visitaram ontem o Senado.

O senador disse que a sociedade pode contribuir para mudar a forma de fazer política no país que, segundo ele, é tradicionalmente marcada pela impunidade dos corruptos. Ele pediu aos estudantes que se informem sobre os temas relevantes para o país, bem como discutam e exijam das autoridades a punição de criminosos.

– O mal do Brasil se chama impunidade. O Brasil não é mais corrupto do que outros países, mas é o país da impunidade – disse o senador.

Simon ressaltou que a sociedade já começa a cobrar dos políticos responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Ele contou, como exemplo, que o então governador do Distrito Federal José Roberto Arruda foi preso e teve o mandato cassado em razão



Márcia Natsume

Para Pedro Simon, "o mal do Brasil se chama impunidade"

da pressão popular. Arruda foi acusado de suposto envolvimento em esquema de corrupção dentro do governo.

– Não foi a primeira vez [que aconteceram atos corruptos na administração pública]. Antes já houve coisas piores. Mas, desta vez, houve um fato novo: o povo foi para as ruas, acampou na Câmara Legislativa e no Supremo Tribunal Federal exigindo posições das autoridades.

O senador também atribuiu a rápida aprovação do projeto Ficha Limpa à pressão de diversos movimentos sociais.

Adiado depoimento sobre contratação de "fantasmas"

O depoimento das servidoras do Senado Mônica da Conceição Bicalho e Kátia Regina Bicalho – acusadas de serem as mentoras da contratação das irmãs Kelriany e Kelly Nascimento da Silva pelo gabinete do senador Efraim Morais (DEM-PB) sem que supostamente tivessem conhecimento dessa contratação – foi adiado para a manhã da próxima segunda-feira. O depoimento, que estava marcado para ontem, foi transferido a pedido dos advogados de defesa das irmãs Bicalho, que solicitaram

mais tempo para a análise dos autos do inquérito aberto pela Polícia Legislativa do Senado sobre o caso.

A denúncia de que Kelriany e Kelly seriam funcionárias fantasmas partiu delas próprias. Kelriany contou à imprensa ter descoberto que era funcionária do Senado ao tentar abrir uma conta bancária. A conta teria recebido depósitos de R\$ 3,8 mil por mês. Kelriany teria inclusive sido "promovida". A contratação, segundo as irmãs, teria sido feita por Mônica, que é assessora de Efraim Morais.

Federalização de crimes contra jornalistas

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) apoiou proposta defendida pela procuradora do Ministério Público Federal da 3ª Região Janice Ascari, pela Sociedade Interamericana de Imprensa e pela Associação Brasileira de

Jornalismo Investigativo de transferir os crimes cometidos contra jornalistas para a esfera federal. Para isso, será necessária a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) alterando o artigo 109 da

Carta, que estabelece a competência dos juízes federais.

Cavalcanti explicou que, conforme a proposta, crimes contra jornalistas no exercício da profissão deveriam ser investigados pela Polícia Federal

e acompanhados por grupos de promotores para evitar pressões. A lei vai prever a produção de relatório anual sobre violação aos direitos humanos, com a identificação precisa daqueles que os violaram.

Nery apoia pressão pela PEC do trabalho escravo

Senador participa de manifestação que cobra a aprovação, pela Câmara, da proposta que amplia as razões para desapropriar terras para reforma agrária

O SENADOR JOSÉ Nery (PSOL-PA), presidente da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, participou ontem de manifestação pedindo a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição (PEC) 438/01 que inclui o trabalho escravo entre as razões para expropriação de terras destinadas à reforma agrária.

A proposta já foi aprovada no Senado, onde tramitou como PEC 57/99. Na Câmara, foi aprovada em primeiro turno em 2004,

mas a tramitação parou, segundo José Nery, por falta de acordo.

Os manifestantes colocaram cruzeiros no gramado em frente ao Congresso Nacional representando as vítimas dos vários conflitos de terra, como os três auditores fiscais do trabalho assassinados em Unai (MG), em 2004.

José Nery está organizando uma petição para pressionar a aprovação da PEC e vem coletando assinaturas para um abaixo-assinado (www.trabalhoescravo.org.br/abaixoassinado).

Alvaro Dias elogia declaração de Serra sobre tráfico de drogas

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou ontem seu apoio ao pré-candidato José Serra por ter acusado o governo da Bolívia de ser cúmplice com o tráfico de drogas para o Brasil. Serra fez a declaração ontem em entrevista à Rádio Globo, durante visita ao Rio de Janeiro.

Para o senador, as críticas dirigidas a Serra em *blogs* foram indevidas, já que o pré-candidato tucano citou dados divulgados pelo escritório da Organização das Nações Unidas (ONU) para Drogas e Crime segundo os quais cerca de 90% da cocaína consumida no Brasil é proveniente da Bolívia.

– Ele disse que o Brasil precisa agir. Querem que o Brasil passe a mão



J. Freitas

Alvaro Dias: segundo dados da ONU, 90% da cocaína no Brasil vem da Bolívia

na cabeça de governos autoritários da América Latina, contemplando o tráfico de drogas, as violências e organizações criminosas – observou.

Brasil tem sido “muito tolerante” com vizinho, diz Eduardo Azeredo

O governo tem sido “muito tolerante” em relação à Bolívia, disse ontem o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao comentar declarações feitas no dia anterior pelo ex-governador de São Paulo José Serra, pré-candidato do PSDB à Presidência, segundo as quais o governo boliviano seria “cúmplice” do tráfico de cocaína para o Brasil.

De acordo com o senador, o tráfico de drogas tem aumentado muito no

Brasil, o que representa “um drama para milhares de famílias”. Ele observou ainda que grande parte da cocaína chega ao país proveniente da Bolívia e sustentou a necessidade de o governo brasileiro ter uma posição “mais dura” em relação ao vizinho.

– Lula não tem uma posição mais dura por afinidades ideológicas com o presidente Evo Morales. Precisamos ter uma política externa mais objetiva e menos ideológica – afirmou Azeredo.

CPI da Pedofilia vai ouvir mais 30 testemunhas

A CPI da Pedofilia aprovou 23 requerimentos de convocação de testemunhas. Serão ouvidas 30 pessoas, sendo seis menores de idade. Entre os convocados, há seis padres católicos.

A comissão foi criada, em março de 2008, com o objetivo de apurar a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia e a relação destes delitos com o crime organizado.

A CPI é presidida pelo senador



Jonas Pereira

Magno Malta preside a CPI da Pedofilia, criada pelo Senado em março de 2008

Magno Malta (PR-ES). O vice-presidente é o senador Romeu Tuma (PTB-SP) e o relator, Demostenes Torres (DEM-GO).



Genário Magalhães

Senador José Nery (C), que preside a Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil

Entidades levam abaixo-assinado a Temer, pedindo votação da proposta ainda este ano

José Nery disse em Plenário, na quarta-feira, que entidades ligadas aos direitos humanos e à luta por melhorias sociais, que participaram ontem de uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, pediram ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, urgência na votação da PEC 438/01. As entidades entregaram a Temer abaixo-assinado, com 285 mil nomes, pedindo preferência para a votação da matéria.

– Tenho esperança, depois dessa mo-

vimentação, que a proposta venha a ser votada ainda este ano. Ela está tramitando no Congresso há nove anos. O Código Penal prevê punição para quem explora pessoas como se elas fossem escravas, mas até hoje ninguém foi preso – disse o senador.

O senador informou ainda que vem sendo realizado em Brasília o 1º Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em que se discute, entre outros temas, formas de mobilização da sociedade contra esta prática.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Mozarildo Cavalcanti • Jorge Yanai

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl
 Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Gurgacz pede a aprovação de projeto que regulariza reserva

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu em Plenário a aprovação do projeto de lei de sua autoria que regulariza a situação de reservas legais de vegetação nativa nas propriedades rurais da Amazônia, motivo de várias legislações desde 1934.

O senador explicou que o Código Florestal daquele ano estipulava uma reserva de mata nativa de 25% da propriedade. O código seguinte, de 1965, já determinava 50%, e a Medida Provisória 1.511/00 estabelecia que a reserva legal deveria alcançar, no mínimo, 80% da propriedade.

O objetivo do projeto (PLS 144/10), explicou Gurgacz, é evitar que os agricultores que cumpriram a determinação le-



Gurgacz defende o limite vigente na época da posse na propriedade

gal vigente à época tornem-se infratores em virtude da nova norma em vigor. Os limites da reserva legal passam, segundo a proposta, a ser os vigentes no período em que se tomou posse da propriedade rural.

Raupp defende café de Rondônia na política de preços mínimos

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao Ministério da Agricultura e à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a inclusão do café produzido em Rondônia na política de garantia de preços mínimos do governo federal. Ele argumentou que os cafeicultores de seu estado estão passando por grandes dificuldades e merecem tal incentivo.

De acordo com o senador, Rondônia é o segundo maior produtor do café tipo conilon no Brasil, atividade que no estado gera 40 mil empregos e produz um faturamento de R\$ 250 milhões. Apesar disso, muitos agricultores estariam trabalhando com margens de lucro mínimas, ou mesmo vendendo sua produção com prejuízo, observou. Segundo Valdir



Valdir Raupp: venda está trazendo prejuízo ao cafeicultor do estado

Raupp, os produtores do estado recebem R\$ 1,58 por quilo de café produzido, ou R\$ 95 por saca de 60 quilos.

– Não podemos admitir uma situação em que o cafeicultor paga para produzir e não recebe nem o mínimo para cobrir os custos de produção.

Mão Santa diz que alternância no poder fortalece a democracia

Mão Santa (PSC-PI) defendeu a alternância no poder como forma de proteger e fortalecer a democracia. Ele elogiou a postura do Senado que, afirmou, barrou as intenções de modificar a Constituição para permitir que o presidente da República pudesse se candidatar a um terceiro mandato consecutivo.

– Se não for para ter alternância, é melhor ter rei – afirmou.

O senador ressaltou que a per-

manência de um grupo político por muitos anos no poder leva ao continuísmo.

– Quem quer o terceiro mandato logo deseja o quarto, o quinto e o sexto, e acaba permanecendo à frente do governo por 50 anos, como ocorreu com Fidel Castro – disse o senador, referindo-se ao dirigente cubano que recentemente transferiu o poder para seu irmão, Raúl Castro.

Flexa Ribeiro relata investigações de denúncias no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu a transcrição de várias reportagens publicadas pelos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal* que tratam dos 137 relatórios encaminhados pela auditoria geral do estado à Assembleia Legislativa do Pará.

De acordo com o senador, são 30 caixas com relatórios realizados entre 2007 a 2009 sobre supostos desvios de recursos encontrados em vários órgãos da administração paraense.



Flexa Ribeiro alerta para supostos desvios de recursos no governo

Os relatórios foram entregues à presidente da comissão de finanças da assembleia, deputada Simone Morgado (PMDB).

Senador diz que Congresso tem a chance de definir um novo e mais justo sistema de repartição das receitas e responsabilidades entre a União, os estados e os municípios

Claudino conclama Senado a corrigir pacto federativo

O SENADOR JOÃO Vicente Claudino (PTB-PI) comentou decisão do Supremo Tribunal Federal de declarar inconstitucional todo o artigo 2º da Lei Complementar 62/89, que define os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Ainda conforme o STF, esse dispositivo só terá efeitos até 31 de dezembro de 2012. A partir dessa data, deverá entrar em vigor uma nova norma sobre o mesmo assunto, a ser elaborada pelo Congresso.

João Claudino conclamou o Senado a aproveitar a oportunidade aberta pela decisão do STF para redefinir um novo pacto federativo para o país, pois o atual ele considera injusto. O senador disse que um barco a remo pode ir à deriva se todos os remadores não mantiverem harmonia nas remadas.

A Lei Complementar 62/89 foi editada em 1989 em obediência ao artigo 159 da Constituição sobre a repartição das receitas tributárias, mas deveria ter vigorado apenas nos exercícios fiscais de 1990 e 1992. Após esse ano, a previsão era de que



Para João Claudino, decisão recente do STF é oportunidade ideal para mudança

o censo do IBGE reorientaria a distribuição, mas isso nunca foi feito e a lei complementar continua, 20 anos depois, em vigor com os mesmos coeficientes de rateio.

Crítérios antigos

A decisão do Supremo foi provocada por quatro ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas pelo Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, e Mato Grosso do Sul. O fundamento das ações é o de que a lei complementar, na época da

edição, teve por base o contexto socioeconômico do Brasil daquele tempo, que não é necessariamente o mesmo hoje. Além disso, os coeficientes teriam sido estabelecidos de maneira arbitrária por acordos políticos costurados à época.

Os ministros do STF demonstraram preocupação com o tempo que levará para que o Congresso Nacional crie nova lei de distribuição do FPE, uma vez que a atividade legislativa fica prejudicada por ser este um ano de eleições.

Jorge Yanai: situação da saúde pública no Brasil é vergonhosa

Jorge Yanai (DEM-MT) afirmou que é vergonhosa a situação da saúde pública no país e reclamou mais recursos para o atendimento da população pobre. O senador considerou um desrespeito o governo repassar “apenas R\$ 7 por consulta aos médicos de hospitais conveniados do SUS”.

Yanai, que também é médico, informou que uma CPI em Mato Grosso divulgou “dados assustadores” sobre a saúde pública, revelando que havia em novembro do ano passado 120 mil pessoas à espera de algum atendimento. Desse total, 57 mil aguardavam a realização de exames de alta complexidade.

O programa Saúde da Família, que segundo o senador, “teoricamente ajudaria bastante

nos atendimentos”, também já apresenta vários problemas, como falta de verbas.

– Funcionários contratados para esse programa não recebem pagamento e, em Mato Grosso, muitos estão em greve.

O problema, segundo Jorge Yanai, é a crônica falta de dinheiro. Ele disse que os R\$ 60 bilhões que o governo federal repassou ao SUS no ano passado equivalem a menos de 10% do que gasta o governo do Canadá na área de saúde.

O senador afirmou que a Emenda Constitucional 29, que fixa percentuais que União, estados e municípios devem gastar com saúde, precisa ser regulamentada com rapidez, para que seja efetivamente cumprida. Ele anunciou que



Jorge Yanai cobra a regulamentação de emenda que aumenta recursos do setor

trabalhará pela aprovação da proposta de regulamentação, que se encontra na Câmara.

Jorge Yanai disse esperar que haja acordo partidário para que o Senado vote na próxima semana o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 479/09, que reestrutura mais de 50 carreiras do serviço público federal, entre elas a de perito médico previdenciário.

Jayme Campos parabeniza jornal A Gazeta, de Cuiabá

O vigésimo aniversário do jornal *A Gazeta*, de Cuiabá, foi homenageado por Jayme Campos (DEM-MT). Segundo o senador, a publicação é “um dos maiores e mais destacados veículos de comunicação do Centro-Oeste”, e tem se colocado “sempre ao lado dos reais interesses da população e contribuído decisivamente para o aperfeiçoamento das instituições mato-grossenses”.

Jayme Campos lembrou que o início da circulação do jornal coincidiu com sua eleição para o governo de Mato Grosso. Disse que, como governador do estado, sempre encontrou no jornal “o apoio necessário para

empreender uma gestão digna e transparente”.

O senador recordou que teve respaldo quando promoveu mudanças estruturais, como a reforma administrativa e a privatização de empresas deficitárias. Ao mesmo tempo, recebeu críticas quando o governo mereceu, mas sempre “comentários construtivos na linha da defesa dos interesses maiores da comunidade”.

Jayme Campos afirmou que o Grupo *Gazeta* de Comunicação hoje possui sete empresas na capital, sendo uma emissora de TV e três emissoras de rádio no interior. Ele pediu voto de

aplausos para o empreendedor e jornalista João Dorileo Leal, afirmando que o jornalista “mantém intacto os seus compromissos com a informação e com a linha editorial isenta e independente”.

Reforma

Jayme Campos defendeu o encaminhamento ao Plenário da reforma administrativa do Senado. Ele pediu que o 1º secretário da Casa e relator da proposta, Heráclito Fortes (DEM-PI), apresente a proposta “de forma transparente” para que “cada senador assumira sua responsabilidade”.



Contabilistas convidados ocuparam o Plenário do Senado, no início da sessão deliberativa de ontem: categoria reúne mais de 420 mil profissionais em atividade

Homenagem ao Dia do Contabilista

A primeira parte da sessão de ontem foi destinada à comemoração do Dia do Contabilista (25 de abril). O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) calcula que a categoria reúna hoje no Brasil 420 mil profissionais ativos e 73 mil organizações contábeis, distribuídas em diversos estados. Foi o ex-senador João Lyra quem sugeriu, em 1926, a criação da

data. Ele defendeu a criação do Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros, que permitiu a regulamentação da profissão em 1946. Por isso, João Lyra é o patrono da classe contábil. O CFC adota no país as Normas Internacionais da Contabilidade. Todas as instituições do setor deverão repassar, ainda este ano, o conteúdo dessas normas para que sejam definitivamente

implementadas. O conselho destaca a adoção do Extensible Business Reporting Language (XBRL), que deverá trazer vantagens em relação a métodos de relatórios tradicionais, decorrentes do fato de que a informação, uma vez produzida e representada nesse formato, pode ser reutilizada muitas vezes sem manipulação ou distorção.



Claudino cita guia da Lei de Responsabilidade Fiscal elaborado pelo CFC para conscientizar a sociedade

Categoria contribui com a vida econômica e social do país, ressalta Claudino

João Vicente Claudino (PTB-PI) ressaltou o empenho dos contabilistas em várias frentes de trabalho, como a busca de informações vitais ao equilíbrio das empresas e instituições, o apoio à reforma tributária, o trabalho na composição de dados para fundamentar as decisões dos dirigentes e trabalhos sociais de solidariedade e voluntariado.

O parlamentar registrou também o trabalho da categoria na conscientização da sociedade, sobretudo das administrações públicas, à época da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no país. Naquele momento, disse, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) elaborou o guia da LRF como orientação aos profissionais, agentes diretos do processo de transparência nas contas públicas. Ele frisou ainda o trabalho coordenado pelo professor Antoninho Trevisan, que, junto com o conselho, lançou o livro *O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil*.

A mais nova ação do Conselho Federal de Contabilidade, afirmou João Vicente Claudino, é a constituição de uma comissão conjunta com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para orientar e acompanhar o processo de prestação de contas eleitorais dos candidatos à Presidência da República e aos governos dos estados.

Mão Santa destaca papel de dar lisura às transações empresariais

O senador Mão Santa (PSC-PI) foi o primeiro a discursar ontem, na homenagem aos contabilistas realizada durante a sessão deliberativa. Presidindo a sessão, ele lembrou que foi o ex-senador João Lyra o autor da ideia, em 1926, de comemorar o Dia do Contabilista em 25 de abril. Hoje João Lyra é o patrono da classe contábil.

Mão Santa destacou a importância dos registros contábeis organizados e fiéis aos fatos para o desenvolvimento das empresas privadas e entidades públicas. Segundo ele, o contabilista, quando traduz em números os bens, as receitas e as despesas das empresas, possibilita a oportunidade de tomada de medidas eficientes e decisões acertadas.

– A atividade dos contabilistas é especialmente importante para garantir a lisura de transações que, muitas vezes, chegam a envolver milhões de reais em verbas públicas ou particulares. Os profissionais da classe contábil, que normalmente executam seu trabalho de forma discreta e reservada, ganham visibilidade nessas situações. Uma análise contábil criteriosa pode detectar irregularidades e fraudes e, assim, significar uma economia substancial para empresas privadas e para a administração pública – disse o senador.



Mão Santa lembra que uma análise contábil criteriosa pode detectar irregularidades e fraudes



Roberto Cavalcanti acredita que contabilistas souberam se atualizar ao longo dos séculos

Cavalcanti aponta a veloz modernização de profissionais

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que, apesar do rearranjo do mercado de trabalho causado pela nova ordem econômica internacional, e a extinção ou substituição de ocupações milenares, a profissão de contabilista permanece intacta, apenas modernizando suas ferramentas de acordo com a expansão comercial.

O senador observou que, ao longo do tempo, houve uma completa e complexa mudança no perfil desse profissional. Nos últimos 20 anos, destacou, essa transformação global alterou todos os aspectos da vida de todos.

Ele disse que também foi mudada a noção das relações entre público e privado, a maneira como são avaliados os processos produtivos e os bens e serviços consumidos, além da redefinição dos conceitos de propriedade e de riqueza.

– É nesse quadro perturbador que se insere a atuação do contabilista, que hoje homenageamos – afirmou.

Roberto Cavalcanti assinalou que o campo de atuação do profissional de contabilidade, desde tempos remotos, está diretamente relacionado ao ambiente empresarial. Ele disse que, em qualquer cenário, as empresas estarão sempre presentes e serão diferentes a cada ciclo econômico e político.



Juarez Domingues: participação dos contabilistas tem sido mais ativa

Contabilidade ajuda nas contas eleitorais

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, afirmou que a contabilidade vem prestando papel importante nas campanhas eleitorais.

Ele afirmou que a Justiça Eleitoral está mais atuante, obrigando os candidatos a cargos eletivos a prestarem contas com maior transparência, em benefício da sociedade. Com isso, a participação dos contabilistas tem sido mais ativa, observou.

– Para cada receita sempre haverá uma origem e, para cada despesa, sempre haverá uma aplicação – explicou Juarez Domingues.

O presidente do CFC também salientou a importância do chamado lucro social em comparação ao lucro meramente financeiro ou econômico das empresas, chamando a atenção dos presentes para a responsabilidade social das companhias privadas.

Líder pede que Lula não vete emenda em MP

A presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Maria Clara Cavalcante Bugarim, pediu que o presidente Lula não vete emenda que os congressistas colocaram na Medida Provisória 472/09 que passa a exigir “exame de suficiência” para os contabilistas. O exame, como o da Ordem dos Advogados do Brasil, será feito pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Ela apelou ainda ao presidente para manter, na mesma MP, a determinação de que os contabilistas devem pagar anuidades às suas entidades de classe. Hoje, a anuidade é determinada por uma resolução do conselho de contabilistas, sem força de lei.

– A classe contábil brasileira não merece um veto a esse projeto – afirmou Maria Clara.



Segundo Maria Clara Cavalcante, modificações têm apoio da classe